

ÍNDICE GERAL

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	24
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	27
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	98
EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	118
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	146

▪ LINDB

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942	184
---	-----

▪ CÓDIGO CIVIL (EXCERTOS)

CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (EXCERTOS)	188
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL.....	204

▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (EXCERTOS)

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (EXCERTOS)	213
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	225

▪ CÓDIGO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	232
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1941	236
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	238
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL.....	275

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	294
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	298
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941	299
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	353

▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (EXCERTOS)

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 (EXCERTOS)	376
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	381

▪ CÓDIGO PENAL MILITAR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	384
--	-----

CÓDIGO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	387
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	416
▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	422
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	426
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	471
▪ CÓDIGO ELEITORAL	
CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 (EXCERTOS)	476
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL	480
▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (EXCERTOS)	
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (EXCERTOS)	482
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	484
▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	486
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	487
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	526
▪ CÓDIGO FLORESTAL (EXCERTOS)	
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 (EXCERTOS)	534
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	539
▪ ESTATUTOS	
ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	542
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	546
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994 (EXCERTOS)	576
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	580
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB	594
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (EXCERTOS)	601
ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL – DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002	602
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	625
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	633
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	638
ESTATUTO DA JUVENTUDE – LEI Nº 12.852, DE 05 DE AGOSTO DE 2013	643
ESTATUTO DAS GUARDAS MUNICIPAIS – LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014	648
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	650
ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016	661
ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS – LEI	

Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.....	664
ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA – LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024.....	679
▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.....	687
▪ SÚMULAS	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1127
SÚMULAS VINCULANTES.....	1127
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1129
SÚMULAS	1129
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1132
SÚMULAS	1132
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	1136
SÚMULAS	1136
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	1137
SÚMULAS	1137
▪ REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (EXCERTOS)	
REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (EXCERTOS)	1141
▪ REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL (EXCERTOS)	
REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO (EXCERTOS)	1142
▪ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DOS CÓDIGOS	
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	1146
LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	1146
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL	1152
LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	1152
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL.....	1158
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940.....	1158
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	1165

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Normas Organizadas Cronologicamente

DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932.....	688
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941.....	688
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.....	691
<i>Lei das Contravenções Penais</i>	
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948.....	694
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950.....	695
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.....	696
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951.....	700
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952.....	701
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
DECRETO Nº 30.822, DE 6 DE MAIO DE 1952.....	702
<i>Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, Concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956.....	703
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
DECRETO Nº 46.981, DE 8 DE OUTUBRO DE 1959.....	703
<i>Promulga, com o respectivo Protocolo Final, a Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio, concluída em Lake Success Nova York, em 21 de março de 1950, e assinada pelo Brasil em 5 de outubro de 1951.</i>	
DECRETO Nº 50.215, DE 28 DE JANEIRO DE 1961.....	705
<i>Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951.</i>	
LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962.....	709
<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.</i>	
DECRETO Nº 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965.....	709
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965.....	712
<i>Regula a ação popular.</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967.....	714
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968.....	716
<i>Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.</i>	

DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972	716
<i>Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 70.946, DE 7 DE AGOSTO DE 1972	721
<i>Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados.</i>	
REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DOS RECLUSOS	722
<i>Adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Genebra em 1955, e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas através das suas resoluções 663 C (XXIV), de 31 de Julho de 1957 e 2076 (LXII), de 13 de Maio de 1977. Resolução 663 C (XXIV) do Conselho Econômico e Social.</i>	
CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI.....	726
<i>Adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, no dia 17 de Dezembro de 1979, através da Resolução nº 34/169.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	727
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	731
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985.....	744
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	745
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	746
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	747
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 98.386, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1989	748
<i>Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura</i>	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	749
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990	750
<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	754
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.....	756
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990	756
<i>Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	762
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	777
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	779
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
DECRETO Nº 40, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1991.....	779
<i>Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes</i>	
DECRETO Nº 154, DE 26 DE JUNHO DE 1991	783
<i>Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.....	790
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992.....	796
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.</i>	
DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992	798
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
LEI Nº 8.653, DE 10 DE MAIO DE 1993	805
<i>Dispõe sobre o transporte de presos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993	805
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995	805
<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995	809
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995	810
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	816
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.266, DE 15 DE MARÇO DE 1996	821
<i>Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 (EXCERTOS).....	822
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	822
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996.....	823
<i>Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997	825
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997	826
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	827
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	827
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	844
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	845
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	850
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	851
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	859
<i>Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998	862
<i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	865
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	865
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	869
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 3.018, DE 6 DE ABRIL DE 1999	871
<i>Promulga a Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos Contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional, concluída em Washington, em 2 de fevereiro de 1971.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999	872
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	873
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	875
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	876
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	

LEI Nº 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999	876
<i>Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.....	877
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.001, DE 04 DE SETEMBRO DE 2000	883
<i>Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	883
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.....	884
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
DECRETO Nº 3.897, DE 24 DE AGOSTO 2001.....	886
<i>Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.357, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001	887
<i>Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002	888
<i>Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.</i>	
DECRETO Nº 4.316, DE 30 DE JULHO DE 2002	888
<i>Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.</i>	
DECRETO Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.....	890
<i>Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984.</i>	
DECRETO Nº 5.015, DE 12 DE MARÇO DE 2004	893
<i>Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.</i>	
DECRETO Nº 5.017, DE 12 DE MARÇO DE 2004	901
<i>Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.</i>	
DECRETO Nº 5.289, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004	904
<i>Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	905
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 (EXCERTOS)	909
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	911
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.639, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005	912
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.</i>	

DECRETO Nº 5.687, DE 31 DE JANEIRO DE 2006.....	914
<i>Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	927
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha).</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006	931
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.941, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006	939
<i>Promulga o Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotado em Nova York, em 31 de maio de 2001.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	942
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.473, DE 10 DE MAIO DE 2007	942
<i>Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei 10.277, de 10 de setembro de 2001.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 59, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008	943
<i>Disciplina e uniformiza as rotinas visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	945
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009	947
<i>Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.....	955
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	956
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	960
<i>Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012.....	961
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	961
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	962
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	964
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	967
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014	970
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.....	970
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i>	
LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	979
<i>Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.</i>	
LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	980
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.....	982
<i>Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.</i>	
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016	986
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016	987
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	987
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	988
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	988
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016	989
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017	997
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017	999
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	999
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	1007
<i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>	
RESOLUÇÃO CNMP Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017	1009
<i>Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo Ministério Público.</i>	
LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018	1013
<i>Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.</i>	
DECRETO Nº 9.277, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018.....	1014
<i>Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.</i>	
LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018.....	1014
<i>Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	1021
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei 13.853/2019)</i>	
DECRETO Nº 9.489, DE 30 DE AGOSTO DE 2018	1029
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.</i>	
LEI Nº 13.812, DE 16 DE MARÇO DE 2019	1035
<i>Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019	1036
<i>Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.</i>	
DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	1036
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	1038
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
DECRETO Nº 10.030, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019 (EXCERTOS)	1041
<i>Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.</i>	

LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020	1047
<i>Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.</i>	
LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020.....	1048
<i>Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1048
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>	
RESOLUÇÃO TSE Nº 23.640, DE 29 DE ABRIL DE 2021.....	1075
<i>Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais.</i>	
LEI Nº 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021.....	1076
<i>Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.</i>	
LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021	1076
<i>Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).</i>	
DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022.....	1077
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022	1079
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 11.173, DE 15 DE AGOSTO DE 2022	1082
<i>Promulga o Tratado sobre o Comércio de Armas, firmado pela República Federativa do Brasil, em Nova York, em 3 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 11.491, DE 12 DE ABRIL DE 2023.....	1085
<i>Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada pela República Federativa do Brasil, em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.</i>	
LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (EXCERTOS)	1092
<i>Institui a Lei Geral do Esporte.</i>	
DECRETO Nº 11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023	1094
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.</i>	
DECRETO Nº 11.640, DE 16 DE AGOSTO DE 2023	1105
<i>Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.</i>	
LEI Nº 14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023	1106
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 15.047, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024	1111
<i>Institui o regime disciplinar da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal e revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.</i>	
DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024	1116
<i>Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.</i>	
LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025	1118
<i>Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.</i>	
LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	1119
<i>Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).</i>	
DECRETO Nº 12.622, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	1124
<i>Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.</i>	